



Sociolinguística e Sociologia de Bourdieu: negociando fronteiras disciplinares

Hosana dos Santos Silva

Universidade Federal de São Paulo, Rua Sena Madureira, 1500, 04021-001, São Paulo, São Paulo, Brasil. E-mail: hosana.santos@unifesp.br

RESUMO. Neste artigo, exploramos as possibilidades de diálogo entre a sociolinguística e a sociologia de Pierre Bourdieu. Partimos das críticas esboçadas pelo sociólogo francês à linguística moderna, notadamente em *Language and symbolic power* (Bourdieu, 1991) e *Economia das trocas linguísticas* (Bourdieu, 2008), e retomamos as ponderações de linguistas que destacaram certas limitações de sua teoria para explicar os fenômenos linguísticos. Focalizando a sociolinguística, argumentamos que esses debates devem ser observados no contexto mais amplo, em que se considerem as condições sociais de constituição e desenvolvimento dessa área de pesquisa. Na conclusão, apresentamos, em linhas gerais, alguns estudos sociolinguísticos desenvolvidos em diálogo com a teoria da prática de Bourdieu, visando não somente evidenciar os pontos de confluência entre as disciplinas, mas, sobretudo, fomentar as reflexões teórico-metodológicas pertinentes a essa proposta interdisciplinar. Nesse sentido, embora não seja possível propor uma conjugação harmoniosa de teorias distintas, visando à sua complementaridade, podemos promover a problematização e análise interpretativa dos conceitos fundamentais produzidos em cada campo e negociar os limites disciplinares, na trilha de uma análise da variação linguística que torne mais visíveis as relações entre a língua e as condições práticas de seu funcionamento.

Palavras-chave: interdisciplinaridade; sociolinguística; sociologia da linguagem; teoria da prática; Pierre Bourdieu.

Sociolinguistics and Bourdieu's sociology: negotiating disciplinary boundaries

ABSTRACT. In this article we explore the possibilities of dialogue between sociolinguistics and the Bourdieu's sociology. We start from critiques provided by the French sociologist to modern linguistics, notably in *Language and symbolic power* (Bourdieu, 1991), and *A economia das trocas linguísticas* (Bourdieu, 2008), and we resume the considerations of linguists who highlighted certain limitations of the practice theory in order to explain linguistic phenomena. Focusing on sociolinguistics, we argue that these debates must be viewed within a broader context, in which one considers the social conditions of constitution and development of the sociolinguistic field of studies. To conclude, we briefly present some sociolinguistics studies conducted in dialogue with the practice theory of Bourdieu. Not only was this done to highlight the common ground between these disciplines, but also to encourage the theoretical and methodological reflections pertaining to this interdisciplinary proposal. We are aware of the fact that it is not possible to propose a harmonious association of distinct theories so that they could complement each other. However, we would like to propose an inquiry and interpretative analysis of the key concepts formulated in each area and negotiate their disciplinary thresholds. This could lead to an analysis of linguistic variation that would make the relation between language and its practical working conditions more visible.

Keywords: linguistic variation; interdisciplinarity; sociolinguistics; sociology of language; theory of practice; Pierre Bourdieu.

Received on December 6, 2022.

Accepted on February 27, 2023.

Introdução

Embora as áreas conceituais da linguística predispostas a superar as dicotomias saussurianas admitam alguma confluência com a sociologia de Bourdieu, os diálogos entre o sociólogo francês e os linguistas mantiveram-se, ao longo das últimas décadas, demasiadamente críticos. Nesse sentido, o debate realizado na *Maison des sciences de l'homme*, em 1976¹, entre Bourdieu e Milner, Chevalier, Delesalle, Fauconnier, Rey e

¹ Uma síntese das intervenções foi publicada no periódico *Langue Française* (Milner, et al., 1977).

Encrevé constitui um exemplo primordial. Com efeito, pode-se dizer que, naquele evento, os pesquisadores empenharam-se na revisão de argumentos científicos produzidos nos campos da linguística e da sociologia. Questionaram-se as determinações teóricas que autorizam a linguística formal a focalizar a estrutura da língua, em detrimento de sua natureza social, a relação entre norma e competência, bem como o estatuto teórico das noções de falante médio e falante ideal, intuição, competência linguística de ouvinte e de locutor, entre outros aspectos (Milner, Bourdieu, Delesalle, Rey, Encrevé, & Fauconnier, 1977), todavia, menos do que demonstrar os limites da intersecção entre os campos, os recortes analíticos sublinharam as fronteiras disciplinares.

Na ocasião, e em estudos desenvolvidos nos anos seguintes, Bourdieu insistiu no fato de que não se pode autonomizar a língua, porquanto os processos de recepção e emissão linguísticas dependem em grande parte das relações entre as posições objetivas dos agentes em interação na estrutura social, isto é, das relações de concorrência, de poder, de dominância etc., que comandam as formas de interação numa dada conjuntura (Bourdieu, 1994).

É esse posicionamento teórico-epistemológico que lhe permite recusar tanto o modelo saussuriano, por ignorar as condições sociais de produção, reprodução e utilização da língua, quanto o modelo gerativista, cuja eficácia, segundo o autor, estaria prejudicada pela excessiva ênfase nas propriedades formais da gramática, desviando a atenção de seus condicionamentos funcionais (Bourdieu, 2008). Assumindo essa perspectiva, o sociólogo não visa abandonar definitivamente o paradigma estruturalista, mas tão somente superar o realismo da estrutura, que acaba por hipostasiar os sistemas de relações objetivas, “[...] convertendo-os em totalidades já constituídas fora da história do indivíduo e da história do grupo” (Bourdieu, 1994, p. 60).

Para o autor, superar o objetivismo redutor significa ‘ir do *opus operatum* ao *modus operandi*’, ou seja, implica rejeitar o modelo de prática enquanto execução, em favor da teoria do modo de engendramento da prática. Nessa abordagem, a prática não deve ser observada como reação mecânica, determinada pelas condições sociais, mas como produto da relação dialética entre um *habitus* e uma dada situação. Dito de outro modo, o *habitus*, enquanto ‘sistema de disposições duráveis e transponíveis’, funciona como princípio estruturante e gerador de práticas, as quais se explicam na própria relação entre a estrutura objetiva que define as condições sociais de produção do *habitus* e as condições sociais para seu exercício (Bourdieu, 1994).

Conforme se vê, o *habitus* não existe como coisa em si mesma, mas é produzido e atualizado no campo: um conceito fundamental, progressivamente desenvolvido por Bourdieu para explicar as relações entre os agentes e a estrutura social. À apreensão sincrônica, o campo se apresenta como uma rede de relações objetivas entre posições distintas e socialmente estruturadas (Bourdieu, 2003). Nessa perspectiva, as sociedades altamente diferenciadas constituem-se desses microcosmos relativamente autônomos, dotados de uma lógica própria e regulados por necessidades específicas, irreduzíveis aos regulamentos de outros espaços sociais (Bourdieu & Wacquant, 2005). Mas, quaisquer que sejam os bens disputados e independentemente das estratégias adotadas pelos agentes, a estrutura do campo pode ser apreendida pela polarização entre dominantes e dominados, decorrente da distribuição desigual dos recursos (capitais) disponíveis e mobilizáveis nas relações sociais (Ortiz, 1994).

Estabelecido, assim, a meia distância entre o subjetivismo e o estruturalismo (Thiry-Cherques, 2006), Bourdieu se propõe a observar os atos de fala e de discurso como uma relação entre um mercado e um *habitus* linguístico, concebido como capacidade de avaliar praticamente as possibilidades oferecidas pela língua, bem como as condições sociais para sua utilização (Bourdieu, 1977). Nas palavras de Hanks (2008, p. 36), o *habitus* linguístico está relacionado “[...] à definição social do falante, mental e fisicamente, a seus modos rotineiros de falar, à sua gestualidade e ações comunicativas corporificadas [...] e às perspectivas inculcadas pelas práticas referenciais cotidianas de uma dada língua”.

É, portanto, o *habitus* que possibilita que o agente empregue uma linguagem aceitável em cada contexto ou situação, atendendo não somente às regras imanentes à língua, mas também às regras próprias ao mercado linguístico, cuja constituição instaura as condições de concorrência objetiva na qual as competências linguísticas recebem valor (Bourdieu, 2008). Nesse sentido, as propriedades propriamente linguísticas são avaliadas somente na medida em que anunciam as condições sociais de legitimação de uma dada língua e de aquisição da competência legítima, ou seja, conforme evidenciam as estratégias de validação das estruturas do mercado onde se estabelecem e se impõem as condições de legitimidade e ilegitimidade.

Ao relacionar *habitus* linguístico e mercado, Bourdieu desloca os conceitos de ‘gramaticalidade’, ‘língua’ e ‘relações de comunicação’, construídos em domínio linguístico, para introduzir os conceitos de ‘aceitabilidade’, ‘língua-legítima’, e ‘relações de força simbólica’, respectivamente. É certo que essa proposta nunca foi integralmente aceita pelos linguistas, nem mesmo em pesquisas desenvolvidas à luz das

perspectivas discursivas, enunciativas ou sociolinguísticas (Authier-Revuz, 1998; Myles, 1999; Morato & Bentes, 2002; Grillo, 2002, 2004, 2005, entre outros). Nesse caso, o problema se apresenta sob diferentes formas, mas é essencial reconhecer que, ao indicar os limites teóricos da linguística, o sociólogo avança na mudança de problemática e na construção de um objeto que recebe seu valor no domínio sociológico e não no domínio linguístico (Milner et al., 1977; Myles, 1999).

Todavia, em que pesem os distanciamentos teóricos, metodológicos e, também, sociais e históricos, o diálogo entre a sociolinguística e a sociologia de Bourdieu pode ser produtivo no desenvolvimento de abordagens teóricas consistentes e inovadoras, possibilitando uma reflexão crítica sobre as relações entre língua e prática social. Ademais, para os estudos sociolinguísticos brasileiros, especificamente, esse diálogo, ainda incipiente, pode contribuir para uma interpretação mais abrangente das hierarquias linguísticas e culturais, inclusive aquelas herdadas das experiências coloniais e escravistas.

Para o desenho de cenários propícios a essa proposta de trabalho, ressaltamos que, no Brasil, há ao menos duas décadas, alguns pesquisadores vêm apontando os ganhos teóricos da interlocução entre Bourdieu e os linguistas. Nesse sentido, Morato e Bentes (2002), aprofundando a crítica aos conceitos de ‘competência linguística’ e ‘língua legítima’, evidenciam alguns pressupostos comuns entre a teoria bourdieusiana e a sociolinguística, notadamente quanto à existência de diferenças linguísticas significativamente associadas a diferenças sociais. Também os estudos de Grillo (2002; 2004) mostram que a proposta sociológica de Bourdieu oferece aportes teóricos relevantes para compreensão de como “[...] as práticas sociais constituem e são constituídas pela materialidade linguística” (Grillo, 2002, p. 56; 2004, p. 518), para citar somente dois exemplos.

Na seção a seguir, abordamos algumas questões relevantes para compreensão dos distanciamentos conceituais e acadêmicos entre a sociolinguística e a sociologia. Na terceira seção, focalizamos argumentos gerais de linguistas que sublinharam as limitações da teoria da prática bourdieusiana para os estudos da linguagem. Por fim, à guisa de conclusão, apresentamos, em linhas gerais, algumas pesquisas linguísticas desenvolvidas na interface com as teorias de Bourdieu. Dessa perspectiva, o diálogo se encaminha não somente pela descrição de pontos de confluência entre as disciplinas, mas pela problematização e análise interpretativa dos conceitos teórico-metodológicos fundamentais que permitem assentá-las em planos distintos. Trata-se, em última análise, de negociar a disciplinaridade (nos termos de Carlin, 2002; Mallinson, 2009).

A formação do campo sociolinguístico: um passo distante da sociologia

No início da década de 1960, Willian Bright (1974)² dizia que a tarefa da sociolinguística seria demonstrar a covariação sistemática das variações linguística e social, indicando, eventualmente, uma relação de causalidade em uma ou outra direção. Apesar da imprecisão do conceito de covariação, essa discussão inicial realçou o postulado de que não há variação livre, mas condicionada por diferenças sociais sistemáticas. Nesse aspecto, a sociolinguística se ocuparia da ‘diversidade linguística’, conceito também vago no plano teórico, mas ancorado no domínio linguístico. Segundo Bright (1974), para uma caracterização menos imprecisa da extensa série de estudos factíveis nessa área, seria necessário identificar e interseccionar suas dimensões, isto é, as diversas correntes de interesse interdependentes que percorrem o campo sociolinguístico, recortando ali seus objetos de estudo (Bright, 1974). O problema é que, na ausência de um corpo conceitual bem articulado, os objetos interseccionados encontrariam sua validade em diversos campos. De fato, conforme observou Vandresen (1974), a indefinição quanto às dimensões da sociolinguística e a conseqüente discussão sobre suas bases teóricas e metodológicas favoreceram, na década de 1960, a publicação de antologias e manuais sociolinguísticos que abrigaram “[...] sob seu rótulo todos os estudos em que o linguístico e o social estão de alguma forma correlacionados” (Vandresen, 1974, p. 10).

Calvet (2012), já distanciado temporalmente desses debates iniciais, propõe que a efetiva ‘virada sociolinguística’ ocorreu nos anos 1970, com a publicação de revistas e coletâneas de artigos produzidos por linguistas e sociólogos com referência direta a essa área de estudos. É também nesse momento que as distinções entre macro e microssociolinguística, introduzidas por Fishman (1968), passam a ser reiteradas por estudiosos da área, associando, em linhas gerais, o termo ‘micro’ aos estudos sociolinguísticos, observados como um tipo de linguística interessada, sobretudo, na variação, e ‘macro’ ao que podemos reconhecer como sociologia da linguagem (Hudson, 1990; Wardhaugh, 1992). Em que pesem as críticas ao binarismo (Calvet, 2012) ou à compartimentalização artificial da micro e macrossociolinguística (Coulmas, 1998), fundamentadas na ideia

² O artigo que tomamos como referência foi publicado em 1974, todavia, trata-se de texto produzido por Bright, em 1964.

geral de que boa parte das questões abertas em sociolinguística tem justificção nas duas abordagens (Coulmas, 1998; Calvet, 2012), essas distinções se mostraram relevantes para delineação desse campo de estudos³.

O desenvolvimento da área, nas décadas seguintes, estendeu o debate sobre esses quadros teóricos, sublinhando seus contornos disciplinares, mas não esclareceu todos os seus fundamentos. Conforme argumentou Figueroa (1994), uma revisão das delimitações dos trabalhos sociolinguísticos, ao menos até o início da década de 1990, evidencia a completa ausência de unidade teórica nesse campo. De acordo com a autora, às numerosas definições propostas pelos diversos pesquisadores subjazem interesses distintos, conciliados ao menos pelo princípio fundamental da natureza social da linguagem, cultivado pelos sociolinguistas dispostos a rejeitar o pressuposto de uma linguística autonomizada, associal.

Todavia, apesar da abrangência (ou mesmo imprecisão) teórica observada nos discursos de constituição do campo, a sociolinguística assume forma social e direção disciplinar bastante estável. De fato, ainda em 1974, Dell Hymes, mesmo reconhecendo que o termo 'sociolinguística' pode receber significados distintos entre os diversos pesquisadores, destacou três orientações principais nesse campo, caracterizadas como: (1) social e linguística: centrada na aplicação de teorias linguísticas para a abordagem de problemas sociais envolvendo a linguagem; (2) linguística socialmente realista: desenvolvida com base em dados das comunidades de fala, focalizando, no plano teórico, a variação; (3) linguística socialmente constituída: interessada tanto no significado social quanto referencial da linguagem, contemplando a linguagem como parte da prática comunicativa e da ação social (Hymes, 1974). Conforme evidenciou Bell (2016), o desenvolvimento da sociolinguística, ao longo dos anos, pode ser visto como um movimento em direção à 'linguística socialmente constituída', embora isso não represente a efetiva transformação da linguística geral em uma disciplina disposta a abordar questões propriamente sociais.

Depreende-se da análise das várias pesquisas desenvolvidas nesse período que a sociolinguística, orientada pela ideia de conhecimento científico dos fatos de língua, derivou sua abordagem principalmente do campo da linguística.⁴ Marca-se, nesse sentido, desde o início, um afastamento teórico e metodológico em relação às demais disciplinas votadas à interface entre língua, cultura e sociedade, notadamente a sociologia, apesar das ações de alguns pesquisadores para vincular os campos e estabelecer colaboração entre seus integrantes. Nessa direção, vale reiterar, seguindo Duranti (1997), os esforços do próprio Dell Hymes e de John Joseph Gumperz para definir um campo interdisciplinar centrado no uso da linguagem, ainda que esses esforços não tenham resultado em efetivo êxito.⁵

Ademais, acreditamos que o grande impacto dos projetos de pesquisa que estabeleceram uma base para sociolinguística, possibilitando a correlação entre dados linguísticos, sociodemográficos e econômicos, com destaque para os estudos de William Labov (1965, 1966, 1972), bem como as interrogações que se seguiram sobre por que correlacionar a língua com outros fatores sociais (Shuy, 1990), contribuíram para o assentamento da sociolinguística no campo propriamente linguístico. Nesse sentido, é importante notar que, mesmo sem negar a contribuição útil e necessária das ciências sociais para o desenvolvimento da sociolinguística, Labov rejeitou a proposta de interdisciplinaridade defendida por Hymes (Figueroa, 1994) e resistiu ao termo 'sociolinguística', qualificando-o como redundante, por implicar a ideia de que pode haver uma linguística que não considera o caráter social da língua (Labov, 1975).

Nas últimas décadas, vários pesquisadores discutiram os efeitos dessa perspectiva disciplinar no desenvolvimento da sociolinguística, indicando que a sustentação de linhas fronteiriças mais ou menos estáveis entre a sociologia e a sociolinguística decorreria não somente de divergências teórico-científicas ou de incompatibilidade de programas de pesquisa, mas também das condições sociais de sua gênese, isto é, dos processos de disciplinarização e dos princípios de poder que estruturam o campo acadêmico.

Segundo Cameron (1990), o afastamento da sociolinguística variacionista em relação à sociologia contemporânea deve-se, em parte, ao seu dever de sustentar o prestígio acadêmico concedido à linguística, o qual dependeria de diversos fatores, notadamente do *status* científico que se mostra tanto mais sólido, mesmo erroneamente, quanto mais puder refletir objetividade, abstração etc. Permanece em discussão, portanto, o fato de que a sociolinguística estaria situada em posição periférica em relação à 'linguística formal', razão pela qual seria sempre necessário comprovar sua validade acadêmica, deixando que a linguística (e não a sociologia) estabeleça as pautas de pesquisa. O problema é que, concentrando-se em abordagens puramente

³ Para uma descrição detalhada, ver Trudgill (1978).

⁴ A sociolinguística rejeita a proposta teórica de homogeneidade e uniformidade linguística, mas, de modo geral, não rompe com a noção de sistema linguístico.

⁵ Duranti (1997) destaca, sobretudo, Gumperz e Hymes (1964, 1972).

linguísticas e/ou sem uma sólida ancoragem nas teorias sociais, a sociolinguística, apesar da grande relevância de suas teorizações, deixa de responder algumas questões fundamentais sobre a relação entre língua e sociedade (Cameron, 1990).

No diagnóstico de Fishman (1991), a carência de discussões teóricas mais amplas, em sociolinguística, sobre as relações entre as esferas sociais e linguísticas, tem fundamento nos princípios de hierarquização do campo acadêmico que, insistentemente, mantiveram a sociologia no final da lista das ciências sociais. Com efeito, Fishman (1991), em *Putting the 'socio' back into the sociolinguistic enterprise*, afirma que os linguistas, em geral, e talvez os linguistas antropológicos, em particular, muitas vezes minimizaram a importância da literatura sociológica para a formação da sociolinguística, possivelmente porque, no desenvolvimento da sociologia ocidental moderna, os processos sociais focados na linguagem receberam pouca atenção. Por consequência, a sociolinguística teria nascido já comprometida com os tópicos, teorias e métodos familiares aos linguistas, principalmente aos linguistas antropológicos. Mas isso não é tudo. A questão central, para Fishman, é que a sociolinguística teria herdado as consequências das longas disputas disciplinares e departamentais entre a antropologia e a sociologia. Assim, ainda que não se reconheça um viés conscientemente 'cêntrico-disciplinar', os efeitos dessas disputas se expressariam na configuração social e na organização do trabalho sociolinguístico. Nesse concerto, a sociologia estaria reduzida a uma 'palavra-código' para introduzir, na sociolinguística, as discussões sobre estratificação social (por idade, sexo, classe, religião e/ou etnia) (Fishman, 1991).

No caso brasileiro, especificamente, diversos processos sociais e históricos confluíram para que a sociolinguística, mormente ancorada nos conceitos de Labov (1966, 1972, entre outros), incorporasse pouco das abordagens sociológicas. Tal como notou Freitag (2016), a sociolinguística brasileira caracterizou-se pela operacionalização em bancos de dados linguísticos formados por amostras estratificadas em função de características sociodemográficas, o que facultou a ampla descrição linguística do português brasileiro, em interface com abordagens teóricas formais ou funcionais, mas 'em detrimento aos papéis sociais'. Dentre os fatores inter-relacionados que justificam essa direção da pesquisa brasileira, é possível destacar os efeitos das "[...] políticas de financiamento e de nucleação da pesquisa e da pós-graduação no Brasil, com a priorização de um objeto mais amplo, o português falado, a ser descrito por diferentes vieses teóricos para nuclear grupos de pesquisa [...]" (Freitag, 2016, p. 455).

Severo e Görski (2017), também discutindo os motivos pelos quais o diálogo entre a sociologia e a linguística não floresceu no Brasil, se comparado à sociolinguística de orientação laboviana, enfatizam o fato de que os sociolinguistas brasileiros focalizaram questões locais, notadamente a análise da estratificação linguística da língua portuguesa, sem se prender às teorias ou metodologias sociológicas e políticas. Segundo as autoras, considerando o contexto pós-colonial, o sólido conhecimento produzido em pesquisas variacionistas foi articulado politicamente para legitimação do português brasileiro como língua nacional distinta do português europeu. Nesse quadro de pesquisa, o 'contato linguístico' se apresentou como um objeto de estudo paralelo, analisado com base nos pressupostos de Fishman, especialmente.

Na atualidade, mesmo após a 'virada para linguagem' nas ciências sociais em geral, no final do século XX, e interlocuções teóricas decorrentes (Dallmayr, 1984), e mesmo após as mudanças realizadas na sociolinguística, com o desenvolvimento de novas perspectivas e abordagens teóricas, a cooperação entre sociólogos e sociolinguistas permanece restrita.

Não pretendemos mapear as mudanças (ou os debates que levaram às mudanças) nesse campo de estudos⁶, mas nos parece importante destacar, seguindo Mallinson (2009), a tendência à incorporação, nas pesquisas sociolinguísticas, de teorias sociológicas contemporâneas relacionadas a questões de gênero, sexualidade, raça/etnia e classe social, invocando conhecimentos produzidos nos estudos críticos de raça, teorias feministas e interseccionalidade. A incorporação das teorias de Bourdieu entrariam nessa tendência dos estudos sociolinguísticos, nos termos da autora, especialmente em discussões sobre linguagem, ideologia e poder. Mas, para que as disposições atuais não se confundam com inovações profundas na área, é importante lembrar que, desde a formação desse campo de estudos, um bom número de temas encontrados nas pesquisas sociolinguísticas se mostra diretamente relacionado a tópicos da sociologia clássica, como etnia, identidade nacional, gênero, estratificação social etc. (Fishman, 1985), sem que isso represente uma efetiva ruptura das fronteiras disciplinares. Ademais, é importante reiterar que, no Brasil, conforme evidenciou Freitag (2016, p. 457), persiste a necessidade de investimentos em abordagens voltadas ao "[...] lado social da

⁶ Mallinson (2009), Bell (2016), Johnstone (2016), Coupland (2016), entre muitos outros, apresentam alguns aspectos das mudanças em sociolinguística.

sociolinguística [...]” variacionista, visando mais inserção em políticas públicas, tanto no campo da educação quanto no campo da cultura.

Observa-se, ainda, um movimento da sociolinguística em direção a uma teoria da linguagem mais orientada para a prática, bastante impulsionada pelos estudos de Penelope Eckert (2012) que, em alguma medida, acentuaram o foco na perspectiva estilística (Bell, 2016; Johnstone, 2016; Lacerda, Görski, & Paza, 2023). De modo geral, o interesse no significado social da linguagem, em detrimento dos recortes demográficos tradicionais, tem sido acompanhado pela ênfase no papel das ideologias e por uma discussão teórica mais abrangente sobre identidade (Bell, 2016). No Brasil, observamos um número crescente de pesquisas desenvolvidas a partir dessa perspectiva, as quais procuram avançar na integração da abordagem agentiva e estrutural, ainda que, em alguns casos, o foco recaia nesse último modelo.

É certo que o quadro de pesquisa atual torna ainda mais evidente a necessidade de ampliação do diálogo entre a sociolinguística variacionista e as ciências sociais. A ênfase que colocamos nos estudos de variação se justifica pelo reconhecimento de que a teorização na sociolinguística é abrangente e as distintas condições de desenvolvimento das pesquisas possibilitam diferentes graus de aproximação entre as disciplinas, sendo que, em campos como sociologia da linguagem, sociolinguística interacional, linguística aplicada, políticas linguísticas, estudos críticos do discurso, entre outros, é possível reconhecer diálogos mais frequentes com a sociologia, embora também passíveis de críticas (Williams, 1992).

Ainda argumentando em favor da interlocução entre sociolinguística e as teorias sociais, é interessante notar que Allan Bell (2016), revisando as tendências do conteúdo do *Journal of Sociolinguistics*, com o objetivo de alcançar uma visão geral sobre o desenvolvimento da teoria sociolinguística (ao menos nos Estados Unidos), observa uma relação de causa e efeito entre a formação dos sociolinguistas em linguística (e não em sociologia) e a insuficiente integração de teorias sociais em seus trabalhos. Nesse sentido, retomando as críticas já formuladas por outros pesquisadores, como Woolard (1985) e Milroy (2001), o autor reitera que esse é um dos motivos pelos quais muitas pesquisas desenvolvidas nessa área apresentam respostas simplistas para questões já bastante debatidas na sociologia ou adotam teorias sociais *ad hoc*, sem muita reflexão, produzindo análises superficiais (Bell, 2016). Essa leitura sinaliza o posicionamento desse linguista no campo acadêmico, pois, para ele, em que pesem as vozes divergentes, que tendem a questionar a relevância das teorias sociais em linguística, o engajamento com o social e sua teorização se apresenta como uma exigência do campo, tornando necessária a intensificação de reflexões teóricas sobre língua e sociedade, de forma cada vez mais fundamentada e integrada, por meio de colaboração acadêmica entre linguistas e sociólogos (Bell, 2016).

Da mesma forma, Blommaert (2018) observa que muitos pesquisadores deixam de explorar as implicações sócio-teóricas de suas descobertas, fundamentando suas análises em modelos sociológicos convencionais, por vezes contrariando os resultados de suas próprias investigações. Nesse ponto, talvez seja interessante recuperar uma questão metateórica, insistentemente recolocada por alguns linguistas e, mesmo por isso, discutida por Coupland (2016), na introdução de *Sociolinguistics: theoretical debates*, qual seja, se na atualidade a sociolinguística tem desenvolvido seu próprio corpo teórico, os sociolinguistas deveriam conter sua teoria nos limites propriamente disciplinares? Concordamos com Coupland que a resposta a essa pergunta deve ser negativa. Para o autor, embora a sociolinguística deva evitar depender de outras disciplinas para desenvolver suas teorias, os debates substanciais com disciplinas afins e o cruzamento de fronteiras tendem a ser produtivos (Coupland, 2016).

Nessa trilha, Salö (2019), retomando os pontos centrais desse debate⁷, faz lembrar, recuperando Woolard (1998), que as disputas linguísticas raramente são somente sobre língua. Daí a importância de a sociolinguística integrar uma teorização social sólida, que possibilite a interpretação abrangente das práticas humanas e dos fenômenos sociais, para melhor compreensão da inter-relação entre linguagem e sociedade. Com isso não queremos dizer que a sociolinguística contemporânea vem falhando em seu trabalho, mas que, conforme propôs Blommaert (2018, p. 1), os resultados de suas pesquisas podem oferecer bases teóricas para a constituição de novos olhares sobre a sociologia e sobre a linguística, desafiando pressupostos dominantes em ambos os campos.

Sobre a linguística dos linguistas

Ressaltamos, na introdução deste estudo, que alguns pesquisadores observam as críticas de Bourdieu aos postulados da linguística como uma ação de intervenção corretiva nesse campo, implicando não somente no

⁷ O autor discute os posicionamentos de Cameron (1990), Woolard (1985, 1998), Williams (1992), Bell (2016), Blommaert (2018).

afrouxamento de suas linhas disciplinares, mas na redução de seu objeto de estudo, em proveito de um objeto outro, constituído no domínio da sociologia. Ademais, sua proposta ressaltaria as posições e oposições do campo acadêmico, conferindo destaque a essa disciplina.

Evidentemente, o modelo sociológico de Bourdieu não visa substituir a análise propriamente linguística. Conforme evidenciamos anteriormente, as questões teóricas e metodológicas abertas pelo sociólogo repousam na relação entre o agente e a sociedade. Nesse quadro, propõe-se que a interação linguística é 'socialmente estruturada', ou seja, os agentes sociais, carregando consigo todas as suas propriedades, assumem posições desiguais na interação, a depender da posição que ocupam na estrutura das relações sociais (Bourdieu, 1994). Conforme propõe Ortiz (1994), o falante e o ouvinte não se apresentam como elementos complementares na interação, mas se defrontam em relações de poder, fundadas na distribuição desigual de todas as espécies de capitais. Trata-se, nesse sentido, de lutas pelo reconhecimento, pelo poder de erigir e impor normas, de controlar as condições de aquisição da competência legitimada e dominar os instrumentos que garantem sua legitimação (Bourdieu, 2008).

Bem sabemos que boa parte das críticas à Bourdieu recai no conceito de *habitus*, muitas vezes interpretado como restritivo, mecânico, reducionista, embora esse seja um conceito proposto pelo sociólogo como forma de escapar ao paradigma estruturalista e, ao mesmo tempo, à filosofia do sujeito e da consciência (Ortiz, 1994; Thiry-Cherques, 2006).

Entre os linguistas, entretanto, o problema não está somente em considerar a existência do *habitus* linguístico, mas em aceitar a relevância dos conceitos de língua dominante e competência legítima. Na proposta de Bourdieu, a língua legítima é a língua socialmente reconhecida, inclusive pelos agentes que ocupam posições valorizadas na estrutura social, como língua oficial, língua boa e corrigida. É importante observar que "[...] o reconhecimento da legitimidade de uma língua oficial não tem nada a ver com uma crença expressamente professada, deliberada e irrevogável, nem com um ato intencional de aceitação de uma norma [...]" (Bourdieu, 2008, p. 37-38). Antes, tal reconhecimento se inscreve praticamente nas disposições duráveis introjetadas, livre de coerção conscientemente sentida, pelas leis próprias (e censuras) do mercado linguístico, ajustadas às possibilidades de lucro material e simbólico por quem detém um certo capital linguístico (Bourdieu, 2008). Nesse ponto, não basta reconhecer a estratificação social das variantes observáveis, mas é necessário considerar o valor concedido aos usos linguísticos legitimados e às condições sociais de legitimação. Nas palavras do sociólogo:

Falar de a língua, sem qualquer outra especificação, como fazem os linguistas, é o mesmo que aceitar tacitamente a definição *oficial* da língua *oficial* de uma unidade política: nos limites territoriais desta unidade, esta língua é a que se impõe a todos os que pertencem àquela jurisdição como a única legítima, e de maneira tanto mais imperativa quanto mais oficial [...] for a circunstância. (Bourdieu, 2008, p. 31-32).

Conforme observou Pierre Encrevé (2005), essa crítica suscitou não somente a incompreensão dos linguistas, mas também, o que nos parece pior, sua impassibilidade. Encrevé relembra que o foco do estruturalismo americano nas línguas ameríndias levou os pesquisadores da equipe de Franz Boas a coletar dados até mesmo em hospitais californianos, entre os últimos sobreviventes anteriores às reservas, e essa trajetória social tornou ainda mais inaceitável a acusação de que os linguistas incorriam no erro de sucumbir à opressão do Estado, pelo simples fato de não assumir um conceito de língua sociologicamente analisado (Encrevé, 2005).

Isso não significa que Bourdieu (1977, 1991, 2008) se negou a reconhecer a relevância das pesquisas linguísticas. Se for necessário um exemplo, lembramos que, ao entrevistar Labov, em 1980 (Labov, Encrevé, & Bourdieu, 1983)⁸, o sociólogo afirmou que os linguistas estariam adiantados no trabalho de identificação de processos de variação e mudança linguísticas imperceptíveis, que acabam por criar discontinuidades relevantes, contribuindo definitivamente para a sociologia da mudança social. Tais considerações não amenizam suas críticas à linguística, mas contribuem para inscrevê-las nos termos de um diálogo.

Além das questões já levantadas, é importante observar, conforme propôs Myles (1999), que a centralidade nos conceitos de classe e desigualdade social pode tornar a abordagem de Bourdieu menos relevante para as principais áreas conceituais da linguística, inclusive para áreas em que os conceitos de classe e desigualdade social são fundamentais, como em linguística crítica e abordagens fenomenológicas do discurso, que tendem a estabelecer um diálogo bastante crítico com as teorias bourdieusianas. Nessa direção, Grillo (2004, p. 54) já

⁸ O texto foi publicado em março de 1983, todavia, a entrevista foi realizada em Paris, em junho de 1980.

observou que Kerleroux (1985) e Authier-Revuz (1995) classificaram as ideias de Bourdieu como “[...] utópicas, moralizantes e até mesmo preconceituosas no que diz respeito ao desempenho linguístico das classes dominadas”. Não pretendemos retomar aqui todos os argumentos apresentados por essas pesquisadoras, todavia, o ponto central da discussão é a associação do conceito de língua à noção de língua dominante, operando sua redução ao social. Para Authier-Revuz (1998), Bourdieu procura diluir a língua como ‘ordem própria’ em proveito de um ‘objeto outro’, um

[...] todo social, que exerce suas ‘causas’ no setor da linguagem como em todos os outros setores da atividade humana; esta é, de modo geral, a perspectiva comunicacional que ‘funde’ a língua em um objeto interdisciplinar global, para o qual as categorias de base são da ordem da troca (Authier-Revuz, 1998, p. 183, grifos da autora).

Ademais, segundo Grillo (2002), ao ignorar o amplo espectro de estudos desenvolvidos nas diferentes áreas da Linguística que lidam com o discurso, das teorias da enunciação à semiótica e à sociolinguística, Bourdieu sustenta a distinção entre uma linguística da língua e outra do discurso, reproduzindo, desse modo, os preconceitos socialmente enraizados no campo de estudos da linguagem. Também nessa direção, Morato e Bentes (2002), evidenciam, entre outros aspectos, que as críticas de Bourdieu ao formalismo em linguística prescindem da variedade de concepções teóricas e metodológicas existentes nesse campo. Para as autoras, ao entabular um diálogo restritivo com a linguística, ignorando seus domínios e estabelecendo uma relação de homologia entre o conceito saussuriano de língua e o conceito gerativista de competência, Bourdieu “[...] manifesta uma curiosa ambivalência em relação à língua (e, portanto, à idéia de língua legítima, à idéia de norma, à idéia de mudança linguística). E o faz precisamente por negligenciar seu caráter constitutivamente heterogêneo [...]” (Morato & Bentes, 2002, p. 36).

Sabemos que essas críticas são bem fundamentadas e que, em alguma medida, Bourdieu procurou respondê-las, mas sempre reiterando seu modelo sociológico. Na introdução de *Language and Symbolic Power*, Thompson (1991) ressalta que, embora os argumentos de Bourdieu sejam desenvolvidos a partir do exame dos pressupostos da linguística saussuriana e chomskyana, sua proposta de análise não desconsidera as diferenças entre essas abordagens. Todavia, em sua visão, essas propostas teóricas têm princípios comuns, porquanto ambas se baseiam em distinções fundamentais que facultam a noção de objeto linguístico autônomo e homogêneo. Ademais, as dicotomias *langue* e *parole*, em Saussure (1916), e competência e desempenho, em Chomsky são um tanto semelhantes, e sua objeção se baseia na interpretação de que esse tipo de distinção teórico-metodológica pode levar os linguistas a ignorar o fato de que seu objeto é produto das condições sociais, históricas e políticas de sua formação. Da mesma forma, Thompson (1991) reitera que, para Bourdieu, a língua que os linguistas consideram natural, tomada como objeto, é uma pré-construção das condições sócio-históricas que lhe conferem o status de única língua legítima ou ‘oficial’ de uma determinada comunidade.

Conforme fizemos notar anteriormente, essas considerações não amenizam o tom da crítica, mas estimulam a continuidade do diálogo, na medida em que oferecem uma reflexão abrangente sobre a base teórica da linguística, possibilitando o desenvolvimento de novas abordagens da linguagem (Thompson, 1991).

Sociolinguística e sociologia de Bourdieu: diálogos possíveis

Em 2003, cerca de um ano após a morte de Bourdieu, Pierre Encrevé e Rose-Marie Lagarve publicaram uma obra em sua homenagem.⁹ Trata-se de uma coletânea de artigos escritos por historiadores, antropólogos, sociólogos, linguistas e economistas que, sublinhando experiências comuns, práticas de pesquisa, reflexões epistemológicas, memórias, revelam várias faces do trabalho com (de) Bourdieu. Se submetida à análise textual, a coletânea, com seus recortes temáticos, teóricos, discursivos, bibliográficos etc., ressalta as fronteiras disciplinares e as bases interdisciplinares que marcaram o trabalho desse sociólogo. Mas isso era o esperado. Conforme propõem Encrevé e Lagarve (2005, p. 12-13), “[...] ninguém encarnou de modo mais exemplar a interdisciplinaridade do que Bourdieu, em sua cultura pessoal, em sua obra, deslocando-se incessantemente de um campo a outro, sem se preocupar com as fronteiras acadêmicas”.

No diálogo com a linguística, destaca-se da coletânea o artigo do próprio Encrevé (2005)¹⁰, que reitera sua proposta teórica, já esboçada em 1976¹¹, segundo a qual o *habitus* linguístico estaria indiretamente

⁹ Trata-se de *Travailler avec Bourdieu*, publicada pela Fammarrion, em 2003. Neste estudo, entretanto, estamos trabalhando com a versão em português, publicada pela Editora Bertrand Brasil, em 2005.

¹⁰ Já apresentamos uma breve discussão sobre a proposta de Encrevé em Silva (2012). Naquela ocasião, não consideramos as discussões formuladas pelo autor em 1976.

¹¹ Trata-se das intervenções de Encrevé na *Maison des Sciences de l’Homme*, em 1976, cuja síntese foi publicada no periódico *Langue Française* (Milner, et al., 1977).

representado nas gramáticas mentais, sob a forma de *loci variationnis*. Nessa abordagem, o autor assume a hipótese de que, em um mercado linguístico unificado, os produtores de variedades socialmente estigmatizadas criariam, mentalmente, por meio de sua competência de ouvinte, a língua ‘legítima’, passível de compreensão no nível fonológico (Encrevé, 2005). Na prática, os diversos interlocutores não apresentariam diferenças essenciais quanto ao seu desempenho como ouvintes, mas o *habitus* realizaria a divisão entre as formas compreendidas e as formas emitidas. Nessa direção, o autor conclui que “[...] na organização das relações entre as duas competências, para cada sujeito social, na divisão entre o que ele apenas compreende e o que ele diz, sua gramática interiorizada inscreve a história social que ele incorpora” (Encrevé, 2005, p. 269).

Como afirmamos em Silva (2012), a proposta de Encrevé abre uma fenda na teoria gerativa, para estender a noção de competência, o que carrega um bom número de questionamentos acerca do conhecimento linguístico internalizado e do estatuto da competência de ouvinte, que pode abranger uma infinidade de dados linguísticos (prestigiados ou não). Ademais, o conceito de *habitus*, quando introduzido no gerativismo, pode ser observado como uma redução, porquanto sua corporificação depende sempre das experiências sociais dos agentes. Essa definição, conforme observa Boltanski (2005, p. 161), “[...] evita quaisquer especulações sobre as estruturas mentais e sobre as evoluções do cognitivismo na trilha de um biologismo”.

Por outro lado, a proposta de Encrevé (2005) chama atenção para o fato de que a linguística pode apropriar-se da sociologia dos bens simbólicos, quer para analisar a competência social do falante, que pressupõe, inevitavelmente, estruturas linguísticas heterogêneas, quer para desenvolver uma teoria da investigação que dê conta dos dados da audição que, de modo geral, formam o todo heterogêneo da língua falada em uma comunidade linguística. Segundo o autor, o estudo da competência dos sujeitos está diretamente relacionado à formação de uma gramática pan-dialetal e variacionista da comunidade e envolve a observação das produções linguísticas comuns de falantes reais (Milner et al., 1977).

Em sociolinguística, em uma perspectiva mais ampla, que não se restringe ao tradicional-variacionismo, um crescente número de pesquisadores, tais como Grenfell (2011), Salö (2015, 2019), Blommaert (2015), Park e Wee (2012), entre outros, propõem, a partir de diferentes perspectivas, a leitura, interpretação e reinterpretação das teorias de Bourdieu, retomando conceitos muitas vezes debatidos (e não raramente rejeitados) pelos linguistas.

Grenfell (2011), por exemplo, analisando um corpus linguístico coletado em 1969, na cidade francesa de Órleans¹², por uma equipe de pesquisadores associada a Bourdieu, sob coordenação de Michel White e Patricia Biggs (1971), evidencia a importância do conceito de mercado linguístico e de língua legítima. De acordo com o autor, não é possível reconhecer as diferenças linguísticas registradas no corpus em termos absolutos, pois a variação linguística não segue padrões simples de derivação, ou seja, os usos linguísticos são variáveis e constantemente negociados na prática social. Daí a relevância do conceito de mercado linguístico, que permite fazer leitura da variação em relação aos diversos fatores contextuais (Grenfell, 2011).

Salö (2015), discute o uso do inglês no complexo espaço acadêmico sueco, caracterizado como uma zona de contato translíngua, em que a língua inglesa ocupa uma posição-chave, manifestando-se não somente na pesquisa científica, mas nas diversas interações cotidianas e no ambiente semiótico organizado pelo trabalho. Nesse espaço, as manifestações nacionais e internacionais se mostram interconectadas, de tal modo que o sueco constitui a língua de uso em situações nas quais todos os participantes são percebidos como tendo habilidades suficientes em sueco. De acordo com Salö (2015), o uso injustificado do inglês causaria um constrangimento ‘quase físico’ entre os interlocutores, devido à disposição linguística dos agentes socializados e as condições do mercado em que ocorrem as trocas linguísticas. Nesse caso, as escolhas linguísticas dos sujeitos seriam orientadas para diferentes mercados, os quais impõem diferentes conjuntos de censura ao discurso oral e escrito. Implica dizer que as produções linguísticas não estão sujeitas às mesmas classificações ideológicas (Salö, 2015).

Entre as pesquisas sociolinguísticas brasileiras recentes que buscaram esse diálogo, ressaltamos o estudo de Pereira (2010) que, assumindo uma perspectiva distinta daquela defendida por Encrevé, também procura evidenciar que o *habitus* está representado, ainda que indiretamente, na gramática internalizada. Segundo o autor, a língua é composta por duas faces: uma face inata e biologicamente herdada, que concede ao indivíduo sua competência linguística, e outra constituída pelo *habitus* internalizado, que designa uma competência prática. Nesse modelo, as duas faces da língua constituiriam um módulo gerativo estendido da linguagem,

¹² cf. *L'enquête socio-linguistique sur le Français parlé à Orléans* (White & Biggs, 1971).

configurado para gerar discursos socialmente e gramaticalmente aceitáveis. Essa abordagem toma como pressuposto a noção de que o *habitus linguístico*, portador das regras e comportamentos sociais a que o indivíduo está exposto, seria internalizado juntamente com a linguagem, passando por estágios semelhantes de maturação.

Reiteramos que, para nós, é difícil aceitar uma proposta de aproximação entre teoria do *habitus* e teoria gerativa que não seja por analogia ou pela abertura forçada no território gerativista e, ainda, na teoria da prática de Bourdieu. Assim, a nosso ver, o principal rendimento analítico da proposta de Pereira é no campo da sociolinguística. O autor, investigando a trajetória do sujeito pronominal expresso e vazio no dialeto da elite paulistana, entre o final do século XIX e o início do século XX, observou que a norma efetivamente praticada nesse grupo não cedeu à pressão das línguas de sujeito nulo, mas seguiu a tendência do português brasileiro quanto à realização do sujeito sentencial. De acordo com Pereira, em que pesem os condicionamentos intralinguísticos, esse comportamento se explica sobretudo pelo *habitus* da elite nas relações com o mercado.

[...] a elite paulistana tinha diante da figura do caipira uma posição ambígua, dada a sua posição transitória entre o rural e o urbano, mas manteve as diferenças estamentais históricas em relação às camadas populares. Além disso, essa mesma elite, diante do imigrante, agia de forma repulsiva, evitando a conceder a este um status social equivalente ao que possuía, ainda que se tratasse de estrangeiro rico ou enriquecido. Esse quadro permitiu que, seletivamente, a elite escolhesse uma forma linguística - o sujeito expresso - que também era utilizado pelo dialeto caipira - recusando outras formas desse mesmo dialeto, que por isso mesmo, permanecerão estigmatizadas. E diante de um estrangeiro a quem se opõe, a elite fará a oferta desse produto linguístico 'brasileiro' que passou a ser 'comercializado' como 'legítimo' (Pereira, 2010, p. 180, grifos do autor).

Na mesma linha, em Silva (2012), analisando os padrões empíricos de ordenação dos clíticos pronominais na escrita de intelectuais republicanos paulistas, defendemos a hipótese de que a variedade culta paulista apresenta características próprias, que a distanciam não somente dos usos populares, mas também do português europeu moderno. Nesse sentido, evidencia-se que a predominância de ênclise em textos produzidos por esses intelectuais se apresenta como uma tentativa de reação à norma portuguesa, cooperando para a conservação do distanciamento entre os usos linguísticos de falantes socialmente classificados como cultos e 'não-cultos' e, ainda, para marcação da distinção da variedade culta brasileira em relação à norma portuguesa. Ademais, a generalização da ênclise singulariza a produção escrita desses intelectuais, funcionando como marcadores privilegiados de diferenciação entre falantes, na medida em que revelam a posição social do indivíduo e os efeitos da instrução formal sobre suas práticas.

Naquela sociedade racialmente dividida, em que as culturas e as línguas de grupos negros e indígenas recebiam pouco (ou nenhum) valor, tinha especial importância o capital herdado pelos sujeitos que, embora oriundos de grupos distintos, ocupavam socialmente a posição de bacharéis (Silva, 2017). Com efeito, o capital escolar, associado ao valor social da instituição de ensino que lhe confere o título (a Academia de Direito), garantia a circulação, no mercado linguístico, dos usos linguísticos desses sujeitos, os quais estavam regulados por categorias de percepção e apreciação compartilhadas por todos os integrantes do grupo.

Considerações finais

Conforme fizemos notar no decorrer deste estudo, os diálogos com Bourdieu sugerem caminhos de pesquisa que podem contribuir para a melhor compreensão das determinações de classes na linguagem, as quais devem ser encontradas, conforme propõe Myles (1999), de forma relacional, identificando os diferentes usos linguísticos nos diferentes espaços de lutas concorrenciais.

No caso brasileiro, sabemos que a estrutura de dominação entre classes e grupos sociais possibilita não somente a divisão do português em dois (Matos e Silva, 2006), mas a associação da variedade dita culta às elites brancas letradas, e a associação da variedade popular aos grupos subalternizados, especialmente negros e indígenas (Souza, 2010; Silva, 2017). Nesse sentido, podemos dizer, seguindo Garcia (2005), que o estudo dos modos de dominação propostos por Bourdieu ajuda a desvelar os princípios da distância social entre descendentes de escravistas e descendentes de escravizados. Mas longe de tentar explicar o presente pelo passado, o que se propõe é a compreensão dos processos pelos quais esses distanciamentos são constantemente recriados em novas bases e 'enraizados em novos princípios de dominação'.

Em concordância com Grenfell (2011), observamos que um estudo da variação linguística que leve em consideração os pressupostos de Bourdieu põe em discussão um quadro teórico-metodológico complexo, que

exige mais fundamentação. Assim, essa recapitulação dos antigos debates entre Bourdieu e os linguistas e dos resultados de alguns estudos desenvolvidos a partir desse diálogo, deve ser observada como uma proposta de aproximação entre essas disciplinas.

Se considerarmos, seguindo Watson (1987), que um dos ganhos analíticos da interdisciplinaridade é aguçar a consciência crítica do pesquisador sobre as diferenças conceituais que separam as disciplinas, podemos dizer que o diálogo entre a sociolinguística e a sociologia de Bourdieu traz para o primeiro plano todas as tensões existentes no campo linguístico, de modo que é impossível conservar a pretensão ingênua de se alcançar uma conjugação harmoniosa entre as diversas abordagens intra e interdisciplinares, na trilha de uma complementaridade. Para nós, o diálogo com Bourdieu se constrói pela problematização e análise interpretativa de seus conceitos e pela negociação dos limites disciplinares.

Referências

- Authier-Revuz, J. (1995). *Ces mots qui ne vont pas de soi: boucles réflexives et non-coïncidences du dire*. Paris, FR : Larousse.
- Authier-Revuz, J. (1998). *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Campinas, SP: Unicamp.
- Bell, A. (2016) Succeeding waves: seeking sociolinguistic theory for the twenty-first century. In N. Coupland (Ed.), *Sociolinguistics: theoretical debates* (p. 391-416). Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Blommaert, J. (2015). Pierre Bourdieu and language in society. In J. O. Östman, & J. Verschueren (Eds.), *Handbook of pragmatics* (p. 1-16). Philadelphia, PA: John Benjamins.
- Blommaert, J. (2018). *Durkheim and the internet: on sociolinguistics and the sociological imagination*. London, UK: Bloomsbury.
- Boltanski, L. (2005). Usos fracos e usos intensos do habitus. In P. Encrevé, & R. M. Lagarve. *Trabalhar com Bourdieu* (p. 155-163). Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil.
- Bourdieu, P. (1977). L'economie des échanges linguistiques. *Langue Française*, 1(34), 17-34.
- Bourdieu, P. (1991). *Language and symbolic power*. Oxford, UK: Polity Press.
- Bourdieu, P. (1994). Esboço de uma teoria da prática. In R. Ortiz (Org.), *Pierre Bourdieu: sociologia* (p. 46-81). São Paulo, SP: Ática.
- Bourdieu, P. (2003). *Questões de sociologia*. Lisboa, PT: Fim de Século.
- Bourdieu, P. (2008). *A economia das trocas linguísticas*. São Paulo, SP: Edusp.
- Bourdieu, P. & Wacquant, L. (2005). *Una invitación a la sociología reflexiva*. Buenos Aires, AR: Siglo Vintiuno Editores.
- Bright, W. (1974). As dimensões da sociolinguística. In M. S. V. Fonseca & M. F. Neves (Eds.), *Sociolinguística* (p. 25-40). Rio de Janeiro, RJ: Livraria Eldourado Tijuca.
- Calvet, J-L. (2002). *Sociolinguística: uma introdução crítica*. São Paulo, SP: Parábola.
- Cameron, D. (1990). Demythologizing sociolinguistics: why language does not reflect society. In J. E. Joseph, & V. Taylor (Eds.), *Ideologies of Language* (p. 79-93). New York, NY: Routledge.
- Carlin, A. (2002). Bibliographic boundaries and forgotten canons. In H. Herbrechter (Ed.), *Critical studies: cultural studies, interdisciplinarity, and translation* (Critical studies series, Vol. 20, p. 113-130). New York, NY: Rodopi.
- Coulmas, F. (1998). *The handbook of sociolinguistics*. Hoboken, NJ: Wiley-Blackwell Publishing.
- Coupland, N. (2016). Introduction. In N. Coupland (Ed.), *Sociolinguistics: theoretical debates* (p. 391-416). Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Dallmayr, F. (1984). *Language and politics*. Notre Dame, EM: University of Notre Dame Press.
- Duranti, A. (1997). *Linguistic anthropology*. New York, NY: Cambridge University Press.
- Eckert, P. (2012). Three waves of variation study: the emergence of meaning in the study of sociolinguistic variation. *Annual Review of Anthropology*, 41(1), 87-100. DOI: <https://doi.org/10.1146/annurev-anthro-092611-145828>
- Encrevé, P. (2005). A palavra e seu preço. In P. Encrevé, & R. M. Lagarve, *Trabalhar com Bourdieu* (p. 166-163). Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil.
- Encrevé, P., & Lagarve, R. M. (2005). *Trabalhar com Bourdieu*. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil.

- Figuroa, E. (1994). *Sociolinguistic metatheory*. Oxford, UK: Pergamon.
- Fishman, J. A. (1968). Sociolinguistics and the language problems of the developing countries. In J. A. Fishman, C. A. Ferguson, & J. D. Gupta (Eds.), *Language problems of developing nations* (p. 3-16). New York, NY: John Wiley & Sons, Inc.
- Fishman, J. A. (1985). Macrosociolinguistics and the sociology of language in the early eighties. *Annual Review of Sociology*, 1(11), 113-127.
- Fishman, J. A. (1991). Putting the 'socio' back in the sociolinguistic enterprise. *International Journal of the Sociology of Language*, 92(1), 127-138. <https://doi.org/10.1515/ijsl.1991.92.127>
- Freitag, R. M. K. (2016). Sociolinguística do/no Brasil. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 58(3), 445-460. DOI: <https://doi.org/10.20396/cel.v58i3.8647170>
- Garcia, A. (2005). O desenraizamento brasileiro. In P. Encrevé, & R. M. Lagarve. *Trabalhar com Bourdieu* (p. 309-314). Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil.
- Grenfell, M. J. (2011). *Bourdieu, language and linguistics*. London, UK: Continuum International Publishing Group.
- Grillo, S. V. C. (2002). Confrontos e confluências entre a sociologia da linguagem de Bourdieu e teorias lingüísticas. *Horizontes*, 1(20), 49-58.
- Grillo, S. V. C. (2004). Bourdieu e os lingüistas: a discussão dos conceitos de língua, comunicação e gramaticalidade. *Estudos Lingüísticos XXXIII*, 1(1), 513-519.
- Grillo, S. V. C. (2005). A noção de campo nas obras de Bourdieu e do círculo de Bakhtin: suas implicações para teorização dos gêneros do discurso. *Revista Anpoll*, 1(19), 151-184.
- Gumperz, J.-J., & Hymes, D. (1964). The ethnography of communication. *American Anthropologist*, 66(6), xx-xx.
- Gumperz, J.-J., & Hymes, D. (1972). *Directions in sociolinguistics: the ethnography of communication*. New York, NY: Holt, Rinehart, & Winston.
- Hanks, W. F. (2008). *Língua como prática social: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bordieu e Bakhtin*. São Paulo, SP: Cortez.
- Hudson, R. A. (1990). *Sociolinguistics*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Hymes, D. H. (1974). *Foundations in sociolinguistics: an ethnographic approach*. Philadelphia, PA: University of Pennsylvania Press.
- Johnstone, B. (2016). Language theory in contemporary sociolinguistics: beyond Dell Hymes. In N. Coupland (Ed.), *Sociolinguistics: theoretical debates* (p. 417-432). Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Kerleroux, F. (1985). Aspects utopiques d'un discours de la sociologie sur la langue. In S. Auroux, J. Chevalier, N. Jacques-Chaquin, C. Marchello-Nizia, *La linguistique fantastique*. Paris, FR: Denoël.
- Labov, W. (1965). Stages in the acquisition of standard english. In R. Shuy (Ed.), *Social Dialects and language learning: proceedings of the Bloomington, Indiana, conference, 1964* (p. 77-104). St. Louis, MO: National Council of Teachers of English.
- Labov, W. (1966). *The social stratification of english in New York City*. Washington, D.C.: Center for Applied Linguistics.
- Labov, W. (1972). *Language in the inner city: studies in the black english vernacular*. Pennsylvania, PA: University of Pennsylvania Press.
- Labov, W. (1975). Empirical foundations of linguistic theory. In R. Austerlitz (Ed.), *The scope of American linguistics* (p. 77-134). Lisse, NL: Peter de Ridder Press.
- Labov, W., Encrevé, P., & Bourdieu, P. (1983). Entretien avec Williams Labov. Le changement linguistique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 46(1), 67- 71.
- Lacerda, M. L., Görski, E. M., & Paza, C. R. M. (2023). A terceira onda variacionista: continuidade ou descontinuidade de fases? *Revista da Abralin*, 21(1), p. 1-27. DOI <https://doi.org/10.25189/rabralin.v21i1.2070>
- Mallinson, C. (2009). Sociolinguistics and sociology: current directions, future partnerships. *Language and Linguistics Compass*, 3(4), 1034-1051. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1749-818X.2009.00144.x>
- Matos e Silva, R. V. (2006). *O português são dois: novas fronteiras, velhos problemas*. São Paulo, SP: Parábola.
- Milner, J. C., Bourdieu, P., Delesalle, S., Rey, A., Encrevé, P., & Fauconnier, G. (1977). Table ronde 'linguistique et sociologie du langage'. *Langue Française*, 1(34), 35-51.

- Milroy, J. (2001). Language ideologies and the consequences of standardization. *Journal of Sociolinguistics*, 5(4), 530-555. DOI: <https://doi.org/10.1111/1467-9481.00163>
- Morato, E., & Bentes, A. C. (2002). Das intervenções de Bourdieu no campo da lingüística: reflexões sobre competência e língua legítima. *Horizontes*, 1(20), 31-48.
- Myles, J. (1999). From habitus to mouth: language and class in Bourdieu's sociology of language. *Theory and Society*, 28(6), 879-901.
- Ortiz, R. (1994). A procura de uma sociologia da prática. In R. Ortiz (Org.), *Pierre Bourdieu: sociologia* (p. 7-36). São Paulo, SP: Ática.
- Park, J. S., & Wee, L. (2012). *Markets of english: linguistic capital and language policy in a globalizing world*. London, UK: Routledge.
- Pereira, H. B. (2010). *A realização do sujeito pela elite paulistana do início do século XX: uma análise em perspectiva gerativista trans-sistêmica* (Tese de Doutorado em Letras). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Salö, L. (2015). The linguistic sense of placement: habitus and the entextualization of translingual practices in Swedish academia. *Journal of Sociolinguistics*, 19(4), 511-534.
- Salö, L. (2019). Thinking about language with Bourdieu: pointers for social theory in the language sciences. *Sociolinguistic Studies*, 12(3-4), 523-543. DOI: <https://doi.org/10.1558/sols.32916>
- Saussure, F. (1916). *Curso de lingüística geral*. São Paulo, SP: Cultrix.
- Severo, C. G., & Görski, E. (2017). On the relation between the sociology of language and sociolinguistics: Fishman's legacy in Brazil. *International Journal of the Sociology of Language*, 1(1), 119-132.
- Shuy, R. W. (1990). A brief history of american sociolinguistics 1949-1989. *Historiographia Linguistica*, 1(17), 183-209. DOI: <https://doi.org/10.1075/HL.17.1-2.14SHU>
- Silva, H. S. (2012). *O lugar da língua na São Paulo transformada: os usos lingüísticos dos intelectuais republicanos paulistas* (Tese de Doutorado em Letras). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Silva, H. S. (2017). Língua e poder: revisitando os debates entre Paulino de Brito e Cândido de Figueiredo. *Cadernos do IL*, 1(55), 114-129. DOI: <https://doi.org/10.22456/2236-6385.67844>
- Souza, M. C. P. (2010). A morfologia de flexão no Português do Brasil: ensaio sobre um discurso de perda. *Estudos da Língua(gem)*, 8(1), 55-82. DOI: <https://doi.org/10.22481/el.v8i1.1116>
- Thiry-Cherques, H. R. (2006). Pierre Bourdieu: a teoria na prática. *Revista de Administração Pública*, 40(1), 27-55. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122006000100003>
- Thompson, J. B. (1991). Prefácio. In P. Bourdieu, *Language and symbolic power* (p. 1-31). Oxford, UK: Polity Press.
- Trudgill, P. (1978). *Sociolinguistic patterns in British English*. London, UK: Edward Arnold.
- Vandresen, P. (1974). Introdução. In M. S. V. Fonseca, & M. F. Neves (Eds.), *Sociolinguística* (p. 25-40). Rio de Janeiro, RJ: Livraria Eldourado Tijuca.
- Wacquant, L. (2007). Esclarecer o Habitus. *Educação & Linguagem*. Ano 10. n° 16, jul-dez, 2007, 63-71.
- Watson, R. (1987). Interdisciplinary considerations in the analysis of pro-terms. In G. Button, & J. R. E. Lee (Eds.), *Talk and social organization* (p. 261-289). Clevedon, UK: Multilingual Matters.
- Woolard, K. A. (1985). Language variation and cultural hegemony: Toward an integration of sociolinguistic and social theory. *American Ethnologist*, 12(4), 738-748.
- Woolard, K. A. (1998). Introduction: Language ideology as a field of inquiry. In B. B. Schieffelin, K. A. Woolard, and P. V. Kroskrity (eds) *Language Ideologies: Practice and Theory* 3-47. New York: Oxford University Press.
- Wardhaugh, R. (1992). *An introduction to sociolinguistics*. Oxford, UK: Blackwells.
- White, M., & Biggs, P. (1971). L'enquête socio-linguistique sur le français parlé à Orléans. *Le Français dans le Monde*, 1(85), 16-25.
- Williams, G. (1992). *Sociolinguistics: a sociological critique*. London, UK: Longman.